

Remetente (pessoa jurídica):

CNPJ

19.421.427/0001-91

Nome da instituição

Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Setor

Gabinete do Defensor Público Geral

Responsável pelo envio (Pessoa física):

Nome

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa

Telefone

(92)9841-73735

E-mail

gabinete@defensoria.am.def.br

Destinatário:

Nome

Gabriel da Silveira Matos

Setor

Outro

Descrição do documento

Doc.1) Ofício n.º 309/2024-GDPD/DPE/AM -

Ref. ao Ofício 119/SEP sobre o Termo de Cooperação Técnica n.º 03/2023 - Programa Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal

Doc.2) Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica n.º 03/2023 assinado digitalmente

Anexos

Ofício GDPG 309 + Termo de Adesão.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.

OFÍCIO Nº 309/2024-GDPG/DPE/AM (Processo 24.0.000004328-8)

Manaus, 29 de abril de 2024.

A Sua Excelência o Senhor

Gabriel da Silveira Matos

Secretário de Estratégia e Projetos do Conselho Nacional de Justiça

Assunto: **Termo de Cooperação Técnica n.º 03/2023 - Programa Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal - Ref. ao Ofício 119/SEP**

Senhor Secretário,

Em atenção ao assunto assinalado, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE-AM externa sua anuência e entusiasmo para aderir ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, estando de acordo com o Termo de Adesão e Plano de Trabalho apresentados.

Conforme solicitado, será providenciado o envio do Termo de Adesão por meio do endereço eletrônico informado.

Atenciosamente,

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa

Defensor Público Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA**, Defensor Público, em 29/04/2024, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Conferência de Autenticidade de Documentos - SEI DPE AM](#) informando o código verificador **0276982** e o código CRC **C6DB1E85**.

ANEXO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS, com sede na Av. André Araújo, n.º 679, Bairro Aleixo, Manaus – AM, CEP: 69060-000, CNPJ: 19.421.427/0001-91, neste ato representado por **RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA, DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA, DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, §2º, 115, §1º, e 125, §7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; Resolução CNJ n. 460/2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

- I — Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;
- II — Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;
- III — Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;
- IV — Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- V — Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

1. ATUAÇÃO COORDENADA: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

2. GESTOR(A) LOCAL: indica para gestor(a) local do presente instrumento o(a) Sr(a). RENATA VISCO COSTA DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Defensora Pública do Estado do Amazonas e Diretora do Interior e Região Metropolitana, endereço eletrônico: dirm@defensoria.am.def.br, telefone: (092) 98434-3687, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

3. VIGÊNCIA: O presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

4. RESPONSABILIDADES

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

I — Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NAAMAZÔNIA LEGAL;

II — Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III — Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NAAMAZÔNIA LEGAL;

IV — Planejar, em conjunto com o CIF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NAAMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;

V — Produzir em conjunto com o CIF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);

VI — Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP

I — Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

II — Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NAAMAZÔNIA LEGAL;

III — Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NAAMAZÔNIA LEGAL;

IV — Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V — Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NAAMAZÔNIA LEGAL;

VI — Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

4.3 São responsabilidades gerais da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

I — Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;

II — Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III — Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV — Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V — Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI — Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

5. PUBLICAÇÃO: O presente instrumento será divulgado, pelo CNJ, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/21.

Manaus, 29 de abril de 2024.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Defensor Público Geral



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA**, Defensor Público, em 29/04/2024, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Conferência de Autenticidade de Documentos - SEI DPE AM](#) informando o código verificador **0282786** e o código CRC **D9C67474**.
